ATA Nº 25/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 06/10/2026

Às 14h do dia 06/10/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal "Focus" do Banco Central do dia 02/10/2026;
Item 02 – Avaliação do cenário macroeconômico e da carteira de investimentos do Fundo de Previdência;
Item 03 – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber até o dia 09/10/2026;
Item 04 – Política de Investimentos 2027.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	**Para o ano de 2027:**
IPCA – Aumento	IPCA – Diminuição
PIB (% de crescimento) – Diminuição	PIB (% de crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R$/US$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R$/US$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Aumento	IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Diminuição	IPCA Administrados (%) – Aumento
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 aumentou para 5,01%, ante 4,99% na semana anterior. Já a estimativa para o IPCA de 2027 foi reduzido de 4,31% para 4,30% de uma semana para outra. A perspectiva para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026 diminuiu para 1,85%, ante 1,86% na semana anterior. Para 2027, a expectativa de ampliação do PIB foi reduzida de 1,41% para 1,40%. As estimativas para o fechamento do câmbio da relação R$/US$ para 2026 e 2027 permaneceram em R$ 5,20 e R$ 5,28, respectivamente. Da mesma forma, as projeções para a taxa Selic ao final de 2026 e 2027 se mantiveram em 13,50% a.a. e 12% a.a., respectivamente. A perspectiva para a variação do IGP-M de 2026 foi ampliada de 4,76% para 5,27%. A projeção para o IGP-M de 2027 se manteve em 4,11%. A estimativa para o IPCA administrados de 2026 foi reduzida para 4,61%, ante 4,63% na semana anterior. Já a projeção para o IPCA administrados de 2027 aumentou de 3,82% para 3,84%. A expectativa de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026 foi mantida em 70% do PIB. Já para 2027, houve redução da projeção de DLSP, de 73,80% para 73,75% do PIB. **Item 02 –** A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 55,74%; IPCA+Juros – 18,72%; IMA-B – 8,14%; IRF-M – 13,11%** e **IRF-M1 – 4,29%**. Na última semana, a curva de juros futuros teve queda nos vértices curtos e leve alta nos longos. Nos Estados Unidos, o relatório *Jolts* (Pesquisa de Vagas de Emprego e Rotatividade de Pessoal) registrou aproximadamente 7,1 milhões de postos de trabalho disponíveis em agosto, abaixo da previsão de 7,2 milhões e abaixo do número revisado de julho, de 7,3 milhões, indicando relativa estabilidade na demanda por trabalhadores, embora com sinais de moderação. Em setembro, segundo o relatório da *Automatic Data Processing* (ADP), houve abertura de 90 mil vagas no setor privado, acima das 70 mil projetadas pelo mercado, e representando uma recuperação após três meses de desaceleração. Por sua vez, o *Payroll* (folha de pagamento) registrou criação de apenas 29 mil empregos fora do setor agrícola em setembro, bem abaixo das expectativas de 90 mil postos; enquanto a taxa de desemprego avançou de 4,1% para 4,2%. O salário médio por hora aumentou 0,1% (5 centavos). Essa criação de vagas abaixo do esperado e a desaceleração dos salários reduziram os sinais de pressão do mercado de trabalho sobre a inflação e, com esses dados, os futuros dos juros mostraram que os operadores passaram a ver apenas cerca de uma chance em seis de um aumento da taxa neste mês – anteriormente, era mais de uma chance em quatro. Em relação à inflação, o índice de preços de gastos com consumo (PCE) subiu 0,3% em agosto, conforme esperado, acumulando alta de 3,4% em 12 meses. O núcleo do indicador, que exclui alimentos e energia, avançou 0,2% no mês e 3% na comparação anual, permanecendo acima da meta de 2% do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA). A renda pessoal aumentou 0,2% em agosto, enquanto os gastos com consumo cresceram 0,9%, indicando resiliência da demanda, apesar das pressões inflacionárias. Em setembro, o *Fed* elevou a

federal funds rate (taxa dos juros federais) em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 3,75% a 4% a.a. Os dados do mercado de trabalho e inflação, contudo, deverão ser considerados pela autoridade monetária em sua próxima decisão de juros, nesse mês. Embora o enfraquecimento do emprego tenha reduzido a necessidade de um novo aumento imediato, a inflação ainda acima da meta de 2% mantém a decisão em aberto. Dirigentes do *Fed*, por sua vez, sinalizaram que provavelmente farão pelo menos mais um aumento até o final do ano se a guerra com o Irã e outros fatores que possam impulsionar a inflação persistirem, desde que o mercado de trabalho permaneça estável; contudo, devem analisar mais dados antes de considerar novas medidas. No cenário geopolítico, permanecem os riscos com a guerra no Oriente Médio, visto que possíveis interrupções no abastecimento de petróleo por conta de ataques a embarcações ou ameaças à navegação no Estreito de Ormuz podem elevar os preços da energia, pressionar a inflação americana e dificultar as decisões de política monetária do *Fed*. No Brasil, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou a criação de 165,8 mil vagas formais de emprego em agosto. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua apontou taxa de desemprego de 5,3% no trimestre móvel encerrado em agosto, permanecendo em patamar historicamente baixo. Com ajuste sazonal, a taxa ficou praticamente estável em relação a julho, passando de 5,42% para 5,44%. Os rendimentos tiveram expansão, mas perderam força, com avanço de 3,5% na comparação anual. Os dados demonstram que, embora a atividade econômica apresente sinais graduais de moderação, o mercado de trabalho continua resiliente e sustenta a renda e o consumo das famílias. Quanto às contas públicas, o setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 10 bilhões em agosto; alcançando resultado negativo de R$ 82,1 bilhões no acumulado de 12 meses. A dívida bruta do Governo Geral atingiu R$ 11,1 trilhões, equivalente a 82,9% do PIB. A repercussão desses dados, porém, provavelmente foi inibida pelo cenário político. O resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, com Flávio Bolsonaro à frente de Lula, provocou forte reprecificação dos ativos domésticos. A expectativa de uma possível mudança de governo, acompanhada de maior compromisso com o ajuste fiscal, impulsionou uma expressiva queda do dólar e dos juros futuros, além de forte valorização do Ibovespa. No pregão de ontem, as taxas dos futuros de DI despencaram, chegando a atingir os limites de oscilação diária da B3, que precisou ampliar seus níveis máximos. Além disso, o mercado passou a antecipar um ritmo mais acelerado de flexibilização monetária: a probabilidade de um corte de 0,50 ponto percentual na Selic em dezembro saltou de 18% para 45%, e a expectativa predominante para novembro passou a ser de redução de 0,25 p.p. Assim, o "trade eleitoral" foi nos últimos dias e tende a ser neste mês um dos principais direcionadores dos ativos domésticos, com investidores atentos às pesquisas eleitorais, propostas econômicas e credibilidade de um eventual programa de ajuste fiscal. Na renda variável, o IBOV renovou a máxima histórica. O índice fechou a 206.912 pontos, subindo 7,70% apenas no dia 05/10/2026. No mês, a alta soma 11,19% e, no ano, 28,59%. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, foi considerada uma recalibragem de sua composição. O estudo de ALM (*Asset Liability Management*), desenvolvido pela empresa Kansai Consultores de Valores Mobiliários, indicou a possibilidade de alocação dos recursos do Fundo de Previdência em Título Públicos Federais (TPF) em diferentes vértices. No momento, porém, questões estruturais como a necessidade de contratação de plataforma eletrônica de negociação de títulos públicos federais e de custodiante seguem em andamento, não sendo possível que tais operações sejam realizadas. Diante disso, recorreu-se à Gestor Um Consultoria Financeira, para que emitisse parecer técnico acerca da adequação de fundos de Vértice Sem Cupom para cumprir o direcionamento traçado pela ALM, diante do cenário apresentado de redução da expectativa de juros. A conclusão do estudo foi favorável, inclusive com recomendação indicada no Relatório Mensal de Investimentos do RPPS – Agosto/2026/OPMAX disponibilizado pela referida Consultoria. Dessa forma, o Comitê de Investimentos passou a analisar os fundos disponíveis para aplicação e os vértices apresentados no estudo de ALM, considerando taxa de juros ainda negociadas em patamares significativamente altos e superiores à meta atuarial. Tendo em vista o histórico recorrente de aperto financeiro enfrentado pelo município de Santa Maria/RS, o qual já enfrentou dificuldades em realizar os repasses dos aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial em alguns meses deste ano, culminando no Acordo de Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 7.160/2026, os membros do colegiado, de forma prudencial, sugerem manter o horizonte de tempo para investimentos de 5 anos de cada recurso recebido, de modo a evitar engessamento adicional da carteira, mantendo maior nível de liquidez futura, além do previsto no inciso III do § 8º do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Ainda, foi considerado que os fundos sem cupom também podem facilitar o controle dos recursos de aporte, devido a não liberação de cupons de juros semestrais, assim como minimizam o risco de

reinvestimento desses montantes. Aliada à análise da possibilidade operacional e legal da aplicação em vértices, o Comitê passou a retomar a avaliação do atual cenário macroeconômico. Conforme panorama delineado anteriormente, as circunstâncias apontam para o aumento considerável das projeções de corte na taxa de juros básica, assim como as movimentações do mercado corroboram uma apreciação dos títulos públicos federais, devido à expectativa de contínua redução da curva de juros futuros. Dessa forma, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos Financeiros as seguintes realocações: resgate total do Fundo Banrisul Absoluto RF LP da conta destina aos recursos de aporte e resgate dos certificados 20260710502807, 20260731309870, 20260810286080 e 20260831294081 do Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL da conta de aportes preestabelecidos, para aplicação no Fundo Caixa Brasil 2031 Sem Cupom TP Classe de FIF RF RL na mesma conta destinada aos aportes; resgate dos certificados 20250905313928, 20250910262193 e 20251006347770 do Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de aportes preestabelecidos para aplicação no Fundo Caixa Brasil 2030 Sem Cupom TP Classe de FIF RF RL na conta destinada aos aportes; e resgate dos certificados 20250805579456 e 20250807438855 do Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de aportes preestabelecidos para aplicação no Fundo Caixa Brasil 2029 Sem Cupom TP Classe de FIF RF RL na mesma conta de aportes. **Item 03** – Em relação aos valores a receber até o dia 09/10/2026, referentes ao aporte preestabelecido para amortização do passivo atuarial, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos Financeiros a aplicação no Fundo Caixa Brasil 2031 Sem Cupom TP Classe de FIF RF RL em conta destinada aos recursos de aporte. A sugestão vai ao encontro do cenário traçado para realocação de recursos do Fundo de Previdência. Quanto aos recursos de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., em conta de fluxo financeiro, para recomposição de parte do montante necessário para o pagamento da folha de benefícios previdenciários. **Item 04 –** O Comitê juntamente à Gestora de Recursos deram início à elaboração da Política de Investimentos para o exercício de 2027. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	Em férias
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	Em férias
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 21/10/2026

De acordo: 06/ 10 /26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 26/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 22/10/2026

Às 14 h do dia 22/10/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:
Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Setembro/2026, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;
Item 02 – Avaliação do Relatório "Focus" Semanal do Banco Central do dia 16/10/2026;
Item 03 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de outubro/2026;
Item 04 – Aplicação dos recursos de contribuições, com recebimento até a data anterior à próxima reunião do Comitê de Investimentos;
Item 05 – Política de Investimentos 2027.

Resoluções:
Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a setembro de 2026. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 1,49% em setembro, ante uma meta atuarial de 1,27% para o mês. Para Sérgio, o mês de setembro foi de rendimentos muito positivos dos títulos públicos marcados a mercado. Os dados de atividade econômica mais fracos e a perspectiva de um resultado favorável ao mercado no primeiro turno das eleições presidenciais são os elementos que mais contribuíram para a queda da curva de juros durante o mês. O cenário internacional, por outro lado, segue ambíguo, com fatores operando contra e outros a favor da economia brasileira. O *Federal Reserve* (*Fed*, banco central nos Estados Unidos) subiu a taxa de juros em setembro. A atividade econômica, que permaneceu alta, associada a uma inflação corrente acima da meta (decorrente do alto nível dos preços do petróleo) ocasionaram nova alta dos juros futuros dos EUA ao longo de setembro, pressionando o diferencial de juros dos títulos de países subdesenvolvidos, inclusive brasileiros. Por outro lado, a manutenção dos altos preços das *commodities*, especialmente petróleo e grãos, no mercado internacional, seguiu favorecendo a balança comercial brasileira. O mercado de petróleo se manteve pressionado pelo cenário geopolítico, com o prolongamento da guerra no Oriente Médio e no leste europeu. Ambos os conflitos pressionaram as contas públicas dos EUA e da União Europeia, fato que também contribui para a resistência das curvas de juros destas economias. No Brasil, os holofotes do mercado financeiro se voltaram para o processo eleitoral. Seguindo as pesquisas eleitorais, os títulos de renda fixa e variável subiram substancialmente durante setembro, visto que os maiores *players* do mercado consideram que a candidatura de Flávio Bolsonaro significa uma redução dos gastos públicos e maior controle da inflação. Ao mesmo tempo, os indicadores seguiram indicando uma atividade econômica em queda. Em relação ao comportamento da inflação, o IPCA mensal de setembro ficou acima do esperado (0,82%), puxado principalmente pelas tarifas de energia elétrica (após o fim do bônus de Itaipu), colocando o índice novamente acima da meta. Mesmo assim, a expectativa segue sendo de mais cortes na taxa Selic até o final de 2026. Novamente, os índices de preços dos títulos públicos tiveram performances bastante positivas, com destaque para os índices híbridos de longo prazo, como o IMA-B5+ e o IMA-B, que subiram 3,82% e 3,15% no mês, respectivamente, impactados tanto pela queda da curva de juros quanto pelo alto IPCA mensal. Os índices prefixados também tiveram performances bastante positivas, porém em menores níveis. O IRF-M1+ e o IRF-M subiram 2,41% e 2,09% respectivamente. No acumulado do ano, o resultado do IMA-B5 (11,37%) ultrapassou o CDI (10,51%). **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de setembro/2026, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central, que apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	**Para o ano de 2027:**
IPCA – Estabilidade	IPCA – Aumento
PIB (% do crescimento) – Diminuição	PIB (% do crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R$/US$) – Diminuição	Taxa de câmbio (R$/US$) – Diminuição
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Diminuição
IPCA Administrados (%) – Diminuição	IPCA Administrados (%) – Aumento
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Aumento	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Aumento

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi mantida em 5,22%. Para 2027, a expectativa de aumento no índice de

preços se elevou para 4,32%, ante 4,30% na semana anterior. A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 foi reduzida de 1,85% para 1,83% de uma semana para outra. Para 2027, os agentes reduziram a projeção de crescimento do PIB de 1,40% para 1,32%. As expectativas para o fechamento do câmbio em 2026 diminuíram para uma relação R$/US$ de 5,22, ante R$ 5,26 na semana anterior. Para 2027, a precificação do dólar também foi reduzida, de R$ 5,15 para R$ 5,13. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal em 2026 e 2027 se mantiveram em 13,25% a.a. e 12% a.a., respectivamente. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2026 caiu de 5,27% para 5,26%. Para 2027, a perspectiva de aumento no IGP-M declinou para 4%, ante 4,11% na semana anterior. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2026 foi reduzida de 4,89% para 4,84%. Para 2027, a expectativa para alta os preços administrados passou de 3,84% para 3,86%. Acerca da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB, a projeção para 2026 foi ampliada para 70,10%, ante 70% na semana anterior. A estimativa para a DLSP em 2027 aumentou de 73,90% do PIB para 74% do PIB. **Item 03** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 50,97%**; **IPCA+Juros – 23,55%**; **IMA-B – 8,16%**; **IRF-M – 13,04%** e **IRF-M1 – 4,27%**. Após uma queda substancial na semana anterior, na semana passada, a curva de juros futuros apresentou alta. Nos Estados Unidos, após a alta na taxa de juros pelo *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) em setembro, os dados de inflação divulgados em outubro continuaram mostrando uma inflação pressionada. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI) teve alta de 0,6%, acumulando aumento de 3,7% em 12 meses. O preço da gasolina subiu 9,1%, mas os custos pessoais se espalharam e se elevaram em diversos bens e serviços, desde carros usados, a lazer e gastos com saúde. Os preços relacionados à habitação têm desinflacionado há mais de três anos; a inflação, porém, anulou os ganhos salariais dos trabalhadores pelo sexto mês. Analistas indicaram que os dados podem reforçar os argumentos para novos aumentos das taxas de juros, e o mercado subiu de 22% para 49% a chance dessa elevação. O Índice de Preços ao Produtor (PPI) acelerou ainda mais em setembro, subindo 1,3%, bem acima das expectativas de 0,6%. Em 12 meses, o PPI avançou 6,3%, ante consenso de 5,5%. O núcleo do indicador subiu 0,7%, acima da previsão de 0,3%. Embora não seja o índice mais acompanhado pela autoridade monetária, analistas o consideram importante para entender a dinâmica inflacionária. Diante desses dados, na próxima semana, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) se reunirá para decidir a política monetária. No Brasil, por sua vez, o IPCA-15 de outubro avançou 0,32%, abaixo do esperado de 0,43%. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 4,62%, ante expectativa de 4,73%. Em relação às contas do governo, a arrecadação federal somou R$ 239,4 bilhões em setembro, recorde para o mês. O resultado se deve principalmente ao aumento de diversos impostos e alta no preço do petróleo, que contribui para as receitas do governo na forma de *royalties* e participação e pela taxação extra sobre exportações. No ano, a arrecadação somou R$ 2,35 trilhões, também um recorde. A meta fiscal é de superávit de 0,25% do PIB; o arcabouço, porém, prevê a possibilidade de retirar R$ 57,8 bilhões do cálculo das despesas, podendo gerar na prática um rombo de R$ 23,3 bilhões nos cofres públicos – que, se confirmado, faria com que todo o terceiro mandato do atual presidente tivesse contas no negativo. O resultado fiscal será divulgado nos próximos dias. Apesar desse risco fiscal neste ano, o resultado do primeiro turno das eleições, com Flávio Bolsonaro ficando a frente de Lula, fez com que as taxas futuras de juros médias e longas recuassem mais de 100 pontos-base, o que se traduz em aumento considerável nas expectativas de corte na Selic. A forte reação do mercado é devido à possibilidade de um ajuste fiscal a partir de 2027 que pode ser promovido pela mudança no governo federal, além da melhora no câmbio que isso acarretaria. A desaceleração da economia brasileira, já em curso, também tende a auxiliar na redução da pressão sobre a inflação e, consequentemente, na reancoragem de expectativas. Na renda variável, o Ibovespa continuou subindo no mês, com alta de 10,75%; no ano, o crescimento é de 28,09%, aos 206.495 pontos, segundo dados do dia 21/10/2026. Quanto à avaliação das aplicações do Fundo de Previdência, diante das melhores expectativas futuras e um cenário mais benigno para as aplicações em índices mais voláteis, conforme movimentações recentes do mercado e cenário traçado acima, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos, uma realocação adicional para fundos de vértice, aos moldes do que foi definido e indicado na última reunião: Resgate dos certificados 20250610564060 e 20250710381060 do Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de aportes preestabelecidos; para aplicação no Fundo Caixa Brasil 2029 Sem Cupom TP Classe de FIF RF RL na mesma conta destinada aos aportes. Com isso, a carteira ficará composta em torno de 30% de IPCA+Juros, enquanto o índice CDI comporá cerca de 43% a 44% da carteira, em linha com as expectativas de queda de juros no próximo ano, considerando as taxas indicativas neste momento, em patamares significativos e acima da meta atuarial, que tendem a ser reduzidas. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de outubro/26, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL e no Fundo Banrisul Absoluto RF LP das contas de fluxo financeiro, cujo montante, em 21/10/2026, se encontrava em R$ 4.428.255,41 – tendo em vista que 0,84% da carteira corresponde a recursos da taxa de administração e 98,22% tem origem em aportes para o equacionamento do déficit atuarial, que devem ser mantidos, no mínimo, por 5 anos, conforme inciso II, § 8º do art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos

recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL, vinculado à taxa de administração. **Item 04 –** Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até antes da próxima reunião do Comitê, sejam aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim. vinculado à conta de fluxo financeiro. Quanto aos recursos a receber da compensação previdenciária entre o RPPS x RGPS, recomenda-se a aplicação no Fundo Banrisul Absoluto RF LP, vinculado à conta fluxo, de modo a recompor a posição ora resgatada. Em relação aos recursos a receber referentes à Taxa de Administração, recomenda-se a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP Resp. Lim., de modo a manter a prudência na aplicação e a liquidez necessária para os recursos a serem utilizados na manutenção da estrutura do Instituto. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos antes da próxima reunião, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim. vinculado à conta de aportes. Tendo em vista as últimas realocações realizadas na carteira e a sugestão apresentada nessa reunião, a alocação deste recurso em fundo referenciado ao CDI visa uma calibragem do posicionamento, para manter uma composição estratégica diante do cenário traçado e, ao mesmo tempo, prudente. **Item 05 –** O colegiado e a Gestora de Recursos seguem elaborando a Política de Investimentos 2027, com previsão de conclusão no próximo mês. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	Em férias
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	Em férias

Próxima Sessão Ordinária: 09/11/2026

De acordo: 22/10/26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I